



Muiraquitã  
ISSN: 1807-1856  
ISSN: 2525-5924  
muiraquita.ppgli@ufac.br  
Universidade Federal do Acre  
Brasil

Ferreira de Souza, Karlene; de Souza Martins Lima, Claudia  
AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS NOS ESTUDOS  
SURDOS: (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA  
Muiraquitã, vol. 11, núm. 2, 2023, Julio-Diciembre, pp. 297-310  
Universidade Federal do Acre  
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.29327/266889.11.2-17>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=737578616017>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc  
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante  
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia

# AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS NOS ESTUDOS SURDOS: (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

<https://doi.org/10.29327/266889.11.2-17>

Karlene Ferreira de Souza  
Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Letras:  
Linguagem e Identidade, Acre - Brasil  
karlene195@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-9764-3405>

Claudia de Souza Martins Lima  
Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Letras:  
Linguagem e Identidade, Acre - Brasil  
claudia.lima@ufac.br  
<https://orcid.org/0000-0002-1339-2491>

**RESUMO:** Este ensaio tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da relação entre a surdez como diferença linguística e os Estudos Surdos e Culturais, afastando o estereótipo clínico da deficiência. Para alcançar o objetivo proposto neste ensaio, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa em pesquisa bibliográfica, com base na seguinte questão de estudo: “como os Estudos Surdos e Culturais contribuem para a compreensão da surdez como diferença linguística e cultural, afastando o enfoque clínico de deficiência?” A consulta a obras de pesquisadores, como Brito (1979), Felipe (1991), Skliar (1997) e Quadros e Karnopp (2004), entre outros, foram fundamentais para as reflexões propostas neste ensaio. Associar a Libras à deficiência mantém a pessoa surda como deficiente, incapaz e incompleta. Abordar a surdez sob uma perspectiva médica-terapêutica pressupõe que ela pode ser reabilitada ou curada. Ao adotar a perspectiva dos Estudos Culturais, a surdez é vista como uma diferença e a pessoa surda é reconhecida como sujeito linguístico minorizado, com culturas próprias ou culturas surdas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos culturais. Identidade surda. Estudos surdos. Diferenças.

## *THE CONTRIBUTIONS OF CULTURAL STUDIES IN DEAF STUDIES: (DES) CONSTRUCTION OF DEAF IDENTITY*

**ABSTRACT:** This essay aims to present some reflections on the relationship between deafness as a linguistic difference and Deaf and Cultural Studies, moving away from the clinical stereotype of disability. In order to achieve the objective proposed in this essay, we used a qualitative methodological approach in bibliographic research, based on the following research question: “How do Deaf and Cultural Studies contribute to the understanding of deafness as a linguistic and cultural difference, moving away from the clinical approach to disability? The consultation of works by researchers such as Brito (1979), Felipe (1991), Skliar (1997) and Quadros and Karnopp (2004), among others, were fundamental for the reflections proposed in this essay. The association of libras with disability keeps the deaf person as deficient, incapable and incomplete. Approaching deafness from a medical-therapeutic perspective assumes that it can be rehabilitated or cured. By adopting the perspective of cultural studies, deafness is seen as difference and the deaf person is recognized as a minoritized linguistic subject with their own cultures or deaf cultures.

**KEYWORDS:** Cultural studies. Deaf identity. Deaf studies. Differences.



## INTRODUÇÃO

Este ensaio bibliográfico decorre das discussões realizadas na disciplina “Estudos Culturais e Saberes Locais”, ministrada na Universidade Federal do Pará. A referida disciplina abordou tópicos de extrema relevância relacionados aos Estudos Culturais, destacando desde a sua origem britânica até os Estudos Culturais latino-americanos, apresentando os principais intelectuais do campo, bem como suas bases teóricas e sua interação com o campo educacional. Nesse sentido, este ensaio não tem a intenção de discutir documentos escritos, visuais, gráficos ou orais sobre o assunto, mas sim estabelecer a conexão entre a surdez como uma diferença étnico-linguística e os Estudos Surdos e Estudos Culturais. Nesse sentido, o problema que motivou este ensaio é a necessidade premente de entender a surdez como uma diferença linguística e cultural, em contraposição à abordagem clínica que a considera como uma deficiência médica-terapêutica. Essa perspectiva clínica tem relegado a pessoa surda à margem, reforçando a ideia de deficiência, incapacidade e incompletude. É essa lacuna que o estudo propõe discutir, levando em consideração as análises desenvolvidas no contexto da disciplina de Estudos Culturais. Assim, o objetivo deste ensaio é apresentar algumas reflexões acerca da relação entre a surdez como diferença linguística e os Estudos Surdos e Culturais, afastando o estereótipo clínico da deficiência. Esse estudo foi conduzido por meio de uma abordagem metodológica qualitativa em pesquisa bibliográfica de obras de pesquisadores, como Brito (1979), Felipe (1991), Skliar (1997) e Quadros e Karnopp (2004), dentre outros.

Os Estudos Culturais surgem no contexto pós-guerra, na Inglaterra, especificamente no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, no início da década de 1960. Esse campo de estudo teve como base as obras pioneiras de Herbert Richard Hoggart (1918-2014), intituladas “As utilizações da Cultura 1 e 2” (1957), E. P. Thompson (1924-1993), com “A formação da Classe Operária” (1963), Raymond Williams (1921-1988), com “Cultura e Sociedade” (1958), e posteriormente Stuart Hall (1932-2014), que sucedeu Hoggart na direção do Centro.

Embora o termo “Estudos Culturais” esteja associado aos estudos desenvolvidos na Universidade de Birmingham, a partir de 1964 as concepções que embasam esses estudos foram inicialmente problematizadas por Raymond Williams em sua obra “Culture and Society” (1958). Nesse livro, o autor analisou o uso do termo “cultura” em relação às transformações históricas observadas na “indústria, democracia, classe, arte e cultura” (Williams, 2011, p. 15). Desse modo, Raymond Williams representa uma ruptura epistemológica na produção de conhecimento sobre os estudos culturais ao afirmar que a cultura é uma construção humana que não está vinculada a classes econômicas específicas. Em outras palavras, o objetivo era direcionar o olhar para o “outro lado”, ou seja, para o povo, onde surgem as expressões culturais populares, as organizações comunitárias e os movimentos sociais de resistência (Tura, 2005, p. 112). Devemos considerar que “cultura é o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é

aquilo pelo qual se luta e não aquilo que recebemos” (Moreira; Silva, 1995, p. 27) e que cultura

transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um outro eixo de significados em que se abre um amplo leque de sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões (Costa; Silveira; Sommer, 2003, p. 1).

Tais concepções confrontam a ideia simplista de que a cultura se reduz a um conjunto de hábitos e costumes restritos à burguesia, ou de que a cultura de uma classe é superior àquela produzida e consumida por outra, estabelecendo uma distinção entre cultura alta e cultura baixa.

De acordo com Ana Escosteguy, os “Estudos Culturais devem ser vistos tanto sob o ponto de vista político, na tentativa de constituição de um projeto político, quanto sob o ponto de vista teórico, isto é, com a intenção de construir um novo campo de estudos” (1999, p. 137). Nessa mesma perspectiva, Stuart Hall afirma que “os Estudos Culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo dos aspectos culturais da sociedade” (1980, apud Escosteguy, 1999, p. 137).

É certo que a natureza interdisciplinar dos Estudos Culturais permite não apenas a análise das diversas formas de expressão cultural, mas também a problematização das relações sociopolíticas e de poder. Essa característica possibilita que os Estudos Surdos<sup>1</sup> sejam considerados uma vertente dos Estudos Culturais, trazendo discussões sobre a cultura surda e a surdez como uma diferença em contraposição ao discurso da deficiência.

Para o pesquisador britânico Paddy Ladd (2013), os Estudos Culturais são relevantes no estudo da cultura surda devido ao seu compromisso em redescobrir grupos minoritários. Ao considerar os movimentos e discursos surdos na busca por reconhecimento de suas diferenças e das especificidades culturais que possuem, percebe-se que a contribuição dos Estudos Culturais para as pesquisas atuais sobre culturas surdas permite ampliar a discussão nessa área. Consequentemente, isso cria um ambiente fértil para a produção de conhecimento nos Estudos Surdos, valorizando a cultura surda em sua singularidade dentro do cenário cultural mais amplo.

Abordar essa temática nos dias atuais implica reconhecer que ela tem sido fundamentada “social e politicamente” (Patrocínio, 2017, p. 23) pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” (Brasil, 2002, p. 1) das comunidades surdas do Brasil. Embora a Libras tenha sido legitimada como língua por estudiosos como Brito (1979), Felipe (1991), Skliar (1997) e Quadros e Karnopp (2004), e tenha sido legalizada e regulamentada pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005, respectivamente, ela não recebe o mesmo reconhecimento e in-

1 Neste ensaio utilizaremos a escrita Estudos Surdos com iniciais maiúsculas por tratar-se de um campo investigativo, exceto nas citações em que os autores utilizaram a escrita do mesmo termo com iniciais minúsculas.

teresse social que outras línguas, não sendo procurada em cursos de idiomas, exceto por aqueles que têm vínculos familiares de pessoas surdas<sup>2</sup> ou por profissionais que atuam na área da língua de sinais. Essa situação perpetua a imagem da pessoa surda como alguém deficiente, carente, incompleto, incapaz e insuficiente.

Carlos Skliar (1999) enfatiza que a surdez é concebida cotidianamente, porém essa invenção diária é “permanentemente obscurecida pelo discurso da deficiência; discurso que oculta, através de seu aparente cientificismo e neutralidade, o problema da identidade, a alteridade e, em síntese, a questão do Outro, da sua existência, da sua complexidade, dos seus matizes” (1999, p. 12).

Conceber a surdez pelo viés clínico, ou seja, pela perspectiva médica-terapêutica, pressupõe que ela carece de reabilitação auditiva ou é passível de cura. No entanto, deslocar essa perspectiva inicial para a abordagem socioantropológica, ancorada nos Estudos Culturais, reflete a surdez como uma diferença e a pessoa surda como uma/um sujeita/o que, por utilizar uma língua de modalidade diferente da maioria, constitui-se como um grupo minorizado linguisticamente, com suas próprias culturas, ou seja, culturas surdas.

Os Estudos Culturais permitem romper com a hierarquização entre alta cultura e cultura popular, admitindo objetos de estudo rejeitados por outros campos, como os Estudos Surdos. Por meio das discussões sobre diferença e identidade cultural, eles têm contribuído para uma nova percepção do sujeito surdo, não mais como um sujeito deficiente, medicalizado, mas como um produtor de cultura e detentor de identidades, as identidades surdas.

Dentre os conceitos dos Estudos Surdos, destaca-se o de H-Dirksen Bauman e Joseph J. Murray, apresentado no livro “Deaf Gain” (2014), assim como o de Carlos Skliar (2000). Os autores de “Deaf Gain” caracterizam os Estudos Surdos como um campo interdisciplinar que abrange “conteúdos, críticas e metodologias da antropologia, estudos culturais, literatura, história, filosofia, arte, cinema, estudos de mídia, arquitetura, psicologia, geografia humana, política e estudos dos direitos humanos, entre outros” (Bauman; Murray, 2016, p. 272).

Os Deaf Studies proporcionaram maior visibilidade e força ao discurso de que os surdos constituem um grupo minoritário cultural e linguístico, o que teve início em 1960 com os estudos linguísticos de William Stokoe. Lucinda Ferreira de Brito, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inaugurou os estudos linguísticos sobre a língua de sinais utilizada no Brasil na década de 1980 (Thoma; Lopes, 2017).

Para Faustino (2019), os Estudos Surdos têm contribuído para crescimento de pesquisas acerca da comunidade, identidade, relações de poder e cultura surda. As discussões feitas e publicizadas pela academia no processo de construção e produção de conhecimentos sobre surdez, bem como na compreensão dos diferentes modos de ser surdo representam um papel crucial na disseminação de saberes sobre os temas citados.

2 Escolhemos utilizar o termo “pessoas surdas” por entendermos que a condição da surdez não precede ao sujeito.

No Brasil os Estudos Surdos em Educação conquistaram espaço acadêmico quando, sob a orientação de Carlos Skliar, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) passou a englobar pesquisadores surdos e ouvintes em níveis de mestrado e doutorado, com o objetivo de discutir temas relacionados aos estudos culturais que buscassem

analisar as representações de surdo e surdez vigentes em diversos textos – desde os midiáticos até os legais – e conectar tais análises com lutas políticas de reconhecimento da surdez como criadora de uma cultura e não como uma marca de deficiência, frente ao mundo ouvinte normalizador. Rejeitando uma visão clínica da surdez, vários desses trabalhos estão estreitamente vinculados a ações e posturas políticas dos grupos surdos, em defesa do direito ao seu reconhecimento cultural. Se esta foi a tendência dominante nos primeiros trabalhos ligados ao tema, avultam nos últimos anos os estudos que se debruçam sobre um espectro mais aberto da Cultura Surda (Wortmann; Costa; Silveira, 2015, p. 41).

Da mesma forma, Skliar (1998, p. 5) define os Estudos Surdos em Educação como “um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político” e

um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções linguísticas culturais comunitárias e de identidades definem uma particular aproximação ao conhecimento e os discursos sobre a surdez (Skliar, 2000, p. 11).

Através dos Estudos Surdos, as pessoas surdas encontram suporte para falar e escrever, ao mesmo tempo em que eram/são inseridas nos grupos de pesquisas das diversas áreas do conhecimento<sup>3</sup>. Elas tornam públicas suas concepções sobre questões linguísticas, culturais, sociais, políticas e antropológicas, ao mesmo tempo em que questionam “as representações dominantes, hegemônicas e ‘ouvintistas’” (Sá, 2002, p. 73).

Faustino (2019) apresenta estudos de como as pessoas surdas e o tema surdez estão sendo discutidos e ressignificados academicamente e pelos movimentos surdos, representando, desta forma, uma construção social, histórico e cultural. A assertiva vai ao encontro do que assegura Cromack (2004) de que muito daquilo que é essencialmente humano, como capacidade linguística, de pensamento e de produção cultural, dentre outros, não “se desenvolvem de maneira automática, não se compõem apenas de funções biológicas, mas também têm origem social e histórica” (p. 02).

A definição/conceito de pessoa surda e surdez, assim como de outros termos, sofreram mudanças ao longo da história. Não estamos nos referindo às alterações fonéticas, morfológicas ou semânticas, mas sim do deslocamento cultural e social que esses termos tiveram em razão da mudança de perspectiva da sociedade em relação a esse público,

3 Exemplo disso é Gladis Perlin. Ela foi a primeira surda doutora do Brasil com a tese intitulada “O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade” defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2003.

abandonando a concepção de deficiência, arraigado com os estereótipos de falta e incapacidade, para a representação da *diferença*.

O modelo antropológico concebe a surdez como *diferença* e não como deficiência. Skliar (2016, p. 6) afirma que a diferença “como significação política, é constituída histórico e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante”.

Nesse modelo, o termo “surdo” é utilizado para se referir àqueles que, independentemente do grau da perda auditiva ou do tipo de surdez, se identificam e se reconhecem como surdos, valorizando e utilizando a língua de sinais como meio de comunicação e expressão. “Surda” ou “surdo” também é como as pessoas que não ouvem se referem a si ou aos seus pares. A pessoa surda tem um déficit auditivo que o impede de adquirir, de forma natural, a linguagem oral-auditiva utilizada pela sociedade predominantemente ouvinte, e se constitui identitariamente pela diferença estabelecendo estratégias de comunicação e concebendo artefatos culturais diferentes daqueles elencados pelos grupos de pessoas que ouvem. Portanto, a surdez e as pessoas surdas não são definidas pela ausência da audição ou pela deficiência, mas sim pela forma cultural e linguística com que se organizam e vivem. Wrigley (1996, p.12) diz que a surdez é “um ‘país’ sem um ‘lugar próprio’. É uma cidadania sem uma origem geográfica”.

Por outro lado, as pessoas com deficiência auditiva são aquelas que apresentam perda auditiva, independentemente do grau ou tipo de surdez, mas que se distanciam do primeiro grupo e da condição de surdez, buscando reabilitação auditiva por meio de próteses, implantes e outras tecnologias disponíveis, ao mesmo tempo em que rejeitam a língua de sinais e estabelecem a comunicação por meio da oralidade e da leitura labial.

Abordar essa palavra-conceito – *diferença* – é ter ciência de que a mesma tem sido utilizada em diversos e variados discursos sobre as diferenças, alguns dos quais assumem definições banalizadas, seja por discriminação ou preconceitos, e acabam por desconsiderar as relações de poder e os processos de diferenciação que marcam a produção das *diferenças* (Silva, 2014). As diferenças são parte essencial da natureza humana e estão presentes em todo indivíduo. Essa afirmação reforça os argumentos daqueles que defendem a supressão do termo “deficiência” pelo uso exclusivo de “diferença”. Essa ação acaba por essencializar o termo, uma vez que as *diferenças* não brotam da natureza como um dado em si, mas são socialmente produzidas e reproduzidas.

Nossa interpretação, a forma como concebemos e reproduzimos as diferenças estão intimamente ligadas ao espaço e ao tempo. A maneira como percebemos as *diferenças* só pode ser compreendida devido às influências que recebemos naquele/neste espaço-tempo em que são constituídas, por meio das relações que estabelecemos com os outros e pela cultura em que estamos imersos. Pois, “o olhar anacrônico sobre as *diferenças* sócio-historicamente construídas faz-nos perder a riqueza do momento em que as *diferenças*

se localizam, pois você acaba por reduzir o momento ao *tempoespaço* que não é o dele” (Rodrigues; Quadros, 2015, p. 6).

Os Estudos Surdos herdam dos Estudos Culturais a condição de não dar voz, mas permitir que aqueles que não tinham oportunidade de fala, falem e sejam ouvidos, aqueles em desvantagens nas relações de poder. Essa abordagem se conecta com o pensamento de Spivak (2010) na obra “Pode o Subalterno Falar?”, em que a autora discute a importância de ampliar a representação e a escuta das vozes subalternizadas, mesmo dentro das estruturas de poder que tendem a negligenciá-las ou silenciá-las. Esta característica torna os Estudos Surdos uma área de estudo que valoriza e cria possibilidades para que os surdos falem por si mesmos nos textos e exponham seus interesses, necessidades e lutas, além de enfatizar a surdez como elemento identitário, sendo objeto de narrativas carregadas de significado.

### ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CULTURA E IDENTIDADE

Não buscamos falar em nome das pessoas surdas, uma vez que não somos pessoas surdas, mas sim problematizar a palavra-conceito *surdo/a* como possuindo uma essência, uma definição estática de perda auditiva, de pessoas homogêneas que possuem um mundo próprio, o mundo surdo. Ao abordar a temática da identidade e cultura surda, mediadas pela perspectiva dos Estudos Surdos, é necessário desmistificar tais termos, que muitas vezes são utilizados de forma essencializada.

Entre os estudiosos da identidade, destaca-se Stuart Hall. Hall (2019) não define identidade de forma definitiva, pois, em suas palavras, o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (p. 9). No entanto, o intelectual diaspórico cita três conceitos de identidades que permearam a história recente e que serviram de base para a problematização de sua obra intitulada “Identidade Cultural na Pós-Modernidade”. O *sujeito iluminista*, entendido como um sujeito unificado e racional, centrado em seu núcleo interior, com numa identidade imutável; o *sujeito sociológico*, cuja identidade é formada a partir da interação com a sociedade. Esse sujeito sociológico possui um núcleo interior, mas, esse núcleo passa a sofrer interferências devido ao contato com outras identidades que a cultura lhe oferece; e o *sujeito pós-moderno*, que possui identidades fragmentadas e pode até mesmo apresentar contradições ou fragmentações (Hall, 2019). É essa última compreensão do sujeito pós-moderno, sem identidade fixa ou essencializada, que nos interessa neste texto para apresentar e situar o sujeito surdo.

Regina Maria Souza (1998) defende que o sujeito se constitui com o outro por meio da linguagem, num processo dialógico que é

[...] composto de fluxos e refluxos, de idas e vindas, de tomadas e retomadas de pontos de vista alheios, de valores etc. Pressupor um “desenvolvimento linear do sujeito” demandaria que fosse postulada a imagem do “outro” como construtor absoluto do “eu”, desprovida de conflitos, sem história ou marcas ideológicas. Um “outro” poderoso [...]. Pelo contrário, o *outro* é marcado pelo eco das vozes

de muitos *outros*; ecos que fazem ressoar visões de mundo contraditórias porque contraditórios são os interesses das classes sociais e os conhecimentos sobre o mundo que constroem... O *eu* está imenso no fluxo dessas contradições e se constitui com elas. Mas não de modo passivo ou solitário, como se o processo de individualização se restringisse ao ato de apropriação de conhecimentos já postos (Souza, 1998, p. 63).

As identidades são construídas por meio de um processo dialético e para discutir essa questão, é necessário problematizar a concepção que temos sobre o nosso eu.

O termo envolve os pensamentos e emoções conscientes e inconscientes sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelo discurso, eles só podem ser eficazes se nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, assujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-los como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades (Woodward; Silva, 2014, p. 55).

Silva (2014) alerta quanto ao engodo de parecer ser fácil e objetivo definir identidade, uma vez que se pode dizer que ela é tudo aquilo que se é e que não o é, já que “que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” (p. 74). Assim, a identidade surda manifesta-se na diferença em relação à identidade ouvinte, sendo construída discursivamente para expressar especificidades do sujeito surdo, um grupo linguisticamente minorizado.

Sob essa perspectiva, a formação identitária do sujeito surdo é inevitavelmente influenciada pela questão linguística, pois a presença ou ausência de linguagem afeta o desenvolvimento intelectual, social e emocional desses indivíduos. Eles se organizam cultural e linguisticamente de maneira distinta da cultura hegemônica, o que implica em formas únicas de constituição da subjetividade e identidade (Cromack, 2004).

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade surda se manifesta em oposição ao ouvintismo. Skliar (2016, p. 15) conceituou o termo como

um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais.

Cabe ressaltar que o ouvintismo não se fundamenta apenas por ações ou omissões de pessoas ouvintes. Sempre que uma pessoa com perda auditiva<sup>4</sup>, independente do grau ou causa, nega a vivência com o povo surdo<sup>5</sup>, não se integra em uma comunidade sur-

4 Escolhemos utilizar o termo “pessoa com perda auditiva” devido ao significado cultural carregado pelo termo “surdo”. A pessoa surda é aquela que utiliza a língua de sinais, faz parte de uma comunidade surda e se identifica como surda.

5 A pesquisadora surda Karin Strobel conceituou o povo surdo como sujeitos surdos que não estão necessariamente no mesmo local, mas estão conectados por uma origem comum, como a cultura surda. Eles utilizam a língua de sinais, compartilham costumes, interesses, histórias, tradições e outros laços em comum (STROBEL, 2006).

da<sup>6</sup>, rejeita a língua de sinais optando pela oralidade e se recusa a ser reconhecido como surdo, seguindo a visão de surdez atribuída pela sociedade, ela está adotando práticas ouvintistas e negando, assim, a identidade surda.

No entanto, não caracterizamos o ouvintismo como preconceito. O ouvintismo caracteriza-se como a colonização do ouvinte em relação à pessoa com perda auditiva/surda, impondo-lhe uma condição de subalternidade, caso não haja disposição ou interesse em se “tornar ouvinte”. McLaren (1997, p. 213) define preconceito como

prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com bases em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar a discriminação.

O processo de construção de identidade é marcado pela força do discurso do poder constituído, permeado de verdades absolutas que dominam, excluem e oprimem os outros, fazendo com que aquilo que representa poder seja reconhecido e assumido como identidade (DORZIAT, 2009). Quando uma pessoa com perda auditiva sente vergonha de sua condição de deficiência<sup>7</sup>, seja por quais motivos forem, ela se rende ao discurso socialmente produzido de que a surdez é sinônimo de incapacidades e limitações<sup>8</sup>.

A existência da cultura surda possibilita a constituição e valorização das identidades das pessoas surdas na sociedade. Segundo Gladis Perlin (2016), importante pesquisadora surda brasileira, as identidades são multifacetadas e podem ser definidas por diversos fatores, porém sempre fundamentadas nas experiências sociais. Assim, citaremos alguns fatores que podem influenciar na constituição da identidade surda: pessoas que tiveram acesso à língua de sinais apenas na fase adulta, mantendo outras estratégias de comunicação; aqueles que nasceram ouvintes e perderam a audição; indivíduos que, mesmo tendo algum contato com língua de sinais, continuam a utilizar a escrita ou a oralidade e não participam dos espaços em que a comunicação ocorre por meio de sinais; aqueles que tiveram contato com a língua de sinais desde a infância e apreciam o modo de experienciar o mundo principalmente por experiências visuais, entre outros.

É certo que nenhum ser humano é constituído identitariamente de uma forma estática e imutável. A pessoa surda também possui diversas identidades à medida que desempenha papéis sociais no ambiente em que está inserida, podendo ser, além de surda, professora, umbandista, bissexual, atleta, entre outras. No entanto, é importante destacar que a linguagem é claramente um elemento importante, quiçá, definidor da identidade surda.

6 A mesma pesquisadora escreve que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes, membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. [...] Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros (Strobel, 2006, p. 29).

7 Embora defendamos que a surdez deva ser vista como uma característica da pessoa, não negamos que seja uma deficiência sensorial. Reconhecemos a importância das conquistas históricas por meio de políticas afirmativas. Essa condição permite que a pessoa surda reivindique direitos educacionais, de saúde e acessibilidade linguística.

8 Apresentamos a surdez como uma deficiência visível devido à sua carga cultural. A pessoa surda é usuária da língua de sinais, o que, aos olhos de quem a vê, a identifica como uma pessoa com deficiência. Por outro lado, a pessoa com perda auditiva prefere se comunicar oralmente (quando possível), utiliza o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) ou o Implante Coclear (IC) e rejeita a língua de sinais, o que dificulta a rotulação ou a identificação como pessoa com deficiência.

Para abordar as identidades surdas, na perspectiva dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, precisamos nos distanciar do estereótipo de corpo que falta, do defeito, do problema, da privação ou do déficit. Tal concepção, comum entre pessoas ouvintes que não fazem parte de uma comunidade surda, estereotipa os corpos surdos como deficientes e os mantém em uma condição de subalternidade.

Gladis Perlin (2016) lista cinco identidades surdas que ela identifica nos sujeitos surdos e que, segundo a autora, podem ser facilmente classificadas. São elas:

1. Identidades surdas: presentes nas pessoas surdas que utilizam a experiência visual<sup>9</sup> e a comunicação visual. As pessoas surdas que têm essa identidade participam de associações de surdos, engajam-se em movimentos em busca de melhorias de acessibilidade linguística, recriam a cultura surda, a cultura visual, e estabelecem contatos com outras pessoas surdas.
2. Identidades surdas híbridas: identidade presente em indivíduos que nasceram ouvintes e, ao longo do tempo, tornaram-se surdos. Eles podem ter tido contato com a língua portuguesa falada por um período, sinalizando com a estrutura dessa língua, e posteriormente passaram a sinalizar usando a estrutura sintática da língua de sinais.
3. Identidades surdas de transição: presentes naqueles que foram mantidos predominantemente em um ambiente ouvinte e passam a fazer parte de uma comunidade surda. A transição ocorre com a maioria dos surdos brasileiros, pois eles nascem em lares ouvintes e, por meio do contato com a comunidade surda, ocorre a “desouvintização” da representação ouvinte.
4. Identidade surda incompleta: refere-se àqueles que veem a identidade ouvinte como superior, negando a identidade surda e sendo vencidos pela rede de poder exercida pela identidade ouvinte.
5. Identidades surdas flutuantes: presentes em ambientes onde pessoas surdas vivem, mas são tuteladas pela hegemonia ouvinte. Alguns têm consciência de sua condição auditiva, enquanto outros desejam ser ouvintizados a qualquer custo. O fato é que, em ambos os casos, nenhum desenvolve a fala de forma significativa, tampouco possui fluência na língua de sinais.

Embora cada identidade apresente características específicas, Perlin (2016) não enclosura os sujeitos em “caixas” de acordo com sua condição auditiva ou ambiente familiar que estão inseridos. Pelo contrário, ela defende que não existe uma identidade surda única, mas sim “identidades plurais, múltiplas, que se transformam, que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, que podem até ser contraditórias, que não são algo pronto” (PERLIN, 2016, p. 52). Além disso, acrescenta que as relações sociais em que a pessoa surda está inserida são sempre relações de poder. Sobre isso, Veiga-Neto (1995, p. 32) afirma que

O poder se manifesta em todas as relações, como uma ação sobre outras ações possíveis, as resistências têm de se dar dentro da própria trama social e não a partir de algum lugar externo: simplesmente porque não há exterioridades. A trama se constrói, se altera, se rompe em alguns pontos, se religa depois, ali ou em outros pontos, a partir desse jogo de relações de força.

9 Entendemos por experiência visual a forma prioritária de comunicação utilizada pelos surdos, por meio do uso da língua de sinais.

Perlin (2016, p. 30) acrescenta que

o nosso problema, em consequência, não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas, sim, as representações dominantes, hegemônicas e “ouvintistas” sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez, e os surdos. Deste modo, a nossa produção é uma tentativa de inverter a compreensão daquilo que pode ser chamado de “normal ou cotidiano”.

Assim, os movimentos surdos têm se posicionado contra a colonização do ouvinte e a imposição da chamada normalização ouvintista, que negligencia as especificidades da pessoa surda como minoria étnico-linguística.

Wrigley (1996), em seu trabalho “A política da surdez”, afirma que a surdez só pode ser abordada como uma questão epistemológica, no sentido foucaultiano de conhecimento e poder. Embora os escritos de Wrigley tenham vinte e um anos, essa concepção ainda é relevante na perspectiva clínico-patológica, que opera para marcar, subjugar e colonizar esse grupo cultural específico.

No que diz respeito às representações sobre o povo surdo, elas os colocam em uma condição de inferioridade, retratando-os como indivíduos com audição defeituosa, que utilizam uma língua restrita e que precisam se “normalizar” por meio do uso do Aparelho de Amplificação Sonora Individual<sup>10</sup> (AASI) ou recorrendo ao Implante Coclear<sup>11</sup>, e, posteriormente, à oralidade. Conforme Woodward (2014, p. 17), “a representação inclui as práticas de significação simbólica dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos”. Ou seja, os discursos e os sistemas de representação criam espaços nos quais os indivíduos podem expressar-se e posicionar-se.

Paulo Roberto Tonani Patrocínio, em seu incrível ensaio “*Estudos Culturais, diferença e surdez: uma leitura teórica*” ressalta a preocupação com a noção de surdez como diferença, criada por meio do discurso, levantando a questão sobre se isso não resultaria em uma essencialização. Ele mesmo oferece uma resposta a essa questão, argumentando que a condição para evitar a essencialização está no abandono à visão totalizadora do sujeito surdo em que este passe a “ser representado e lido como revelador de outras formas de interação com o mundo. Nesta perspectiva, a língua gesto-visual utilizada pela comunidade surda como forma de interação com o mundo assume um lugar ímpar na construção da surdez enquanto diferença”.

## ALGUNS COMENTÁRIOS FINAIS

10 Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) é um dispositivo utilizado para aumentar a capacidade auditiva, convertendo as ondas sonoras em sinais elétricos e, em seguida, novamente em ondas sonoras. Os AASI são configurados de acordo com a perda auditiva do indivíduo, mas sua eficácia depende do bom funcionamento das células do ouvido interno.

11 Implante Coclear é um procedimento cirúrgico no qual eletrodos são implantados dentro da cóclea com o objetivo de transmitir sinais diretamente para o cérebro. Esse implante substitui a função do ouvido na captação do som ambiente, utilizando um sinal elétrico para estimular o nervo auditivo. Diferentemente do AASI, o Implante Coclear não depende das células do ouvido interno para seu funcionamento.

A cultura surda refere-se, então, aos valores, tradições, línguas, comportamentos e identidades partilhadas pelas pessoas surdas. Representa a resistência dessas pessoas em um mundo predominantemente voltado para a audição. A cultura surda vai além da Libras, abarcando também dimensões sociais, históricas e identitárias.

Dentro desse contexto, podem surgir variações e diferenças, uma vez que as identidades são influenciada por fatores como o grau da surdez, o momento de sua manifestação, a relação com a comunidade surda, a relação com a Libras e outros aspectos individuais. Vale ressaltar que a cultura surda não se limita à falta de audição, mas se manifesta na maneira como a comunidade surda se relaciona com o mundo, criando suas próprias formas de comunicação, expressão e identidade cultural.

Os Estudos Surdos consolidaram-se como um campo de estudo e pesquisa relacionado aos Estudos Culturais devido aos princípios deste último em romper com os conceitos essencialistas de cultura. Desta forma, a cultura surda não é estabelecida como antagônica à cultura ouvinte, mas reconhecida como específica de um povo que se expressa principalmente por meio da língua de sinais, buscando sua valorização.

Ao abordar a questão da identidade, é necessário também considerar as esferas de poder. Socialmente as pessoas surdas têm sido marginalizadas nas esferas econômicas, políticas, educacionais e outras. Isso as exclui do processo de tomada de decisões, das discussões sobre o tipo de educação que desejam e necessitam, embora não afete a predominância de funções e cargos de menor prestígio que ocupam em empresas e órgãos públicos. Não é difícil encontrar uma pessoa surda desempenhando a função de zelador ou de empacotador em grandes supermercados, mesmo após anos de trabalho, o que é raramente observado com pessoas ouvintes.

É por meio do discurso que se naturaliza a condição de subalternidade da pessoa surda. Em outras palavras, a sociedade majoritária ouvinte produz e perpetua a marginalização dos grupos minorizados, mantendo a ideia de que eles são deficientes e incapazes. A compreensão da discussão sobre identidades está intrinsecamente ligada ao entendimento da linguagem, uma vez que o processo de construção de identidades “está marcado pela inevitável força do discurso do poder constituído, recheado de verdades absolutas, que dominam, oprimem e excluem os outros, fazendo com que aquilo que representa o poder seja assumido como identidade” (Dorziat, 2009, p. 19).

Identidades são constituídas por meio do discurso, em contextos históricos, e são construídas por práticas discursivas. As identidades surdas são formadas no encontro entre pessoas surdas, ao experimentarem novos ambientes e situações discursivas. Elas emergem a partir da narrativa das próprias pessoas surdas, que não permitem mais que suas vozes sejam narradas por pessoas não surdas, passando a construir suas próprias representações e identidades. As identidades surdas se constroem quando as pessoas surdas atribuem significado e reproduzem informações em âmbitos acadêmicos, intelectuais, jurídicos, éticos, entre outros, manifestando, assim, a cultura surda.

Quadros (1997) relata que 95% das crianças surdas nascem em lares de pais ouvintes, enquanto Sá (2002) aumenta essa porcentagem para 96%. Esses números são importantes para problematizar não apenas as questões linguísticas, comunicativas e familiares, mas também as questões identitárias. Desde o nascimento, as pessoas surdas são expostas a diversas experiências que contribuem para a construção de suas identidades, principalmente aquelas vivenciadas com os pais, que na maioria das vezes são usuários de uma língua que a pessoa surda não adquire naturalmente.

É fundamental ressaltar que não existe uma identidade surda única, pura, sui generis, como se todas as pessoas surdas tivessem o mesmo padrão de comportamento ou habitassem um “mundo surdo”. Rejeitamos a ideia de que “os surdos são assim”. Pessoas surdas são sujeitas e sujeitos plurais, assim como qualquer outro grupo humano, e possuem identidades que são dinâmicas, transformando-se sob influências diversas.

Ao afirmar que “as identidades são constituídas historicamente e não biologicamente”, Hall (2019) reitera o que tem sido discutido por Perlin (2016), Skliar (2016), Silva (2014) e outros estudiosos que problematizam a surdez, o surdo e as identidades surdas, pois reivindicar as identidades surdas é afastar a ideia de perda e incapacidade.

Dessa forma, os Estudos Surdos revelam a surdez como uma característica identitária. Concordamos com Hall (2019) quando ele destaca que o mundo globalizado, com suas imagens, lugares, viagens internacionais e sistemas de comunicação interconectados globalmente, propicia que as identidades se tornem cada vez mais fluidas e deslocadas de tempos, espaços e culturas.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, H-dirksen L.; MURRAY, J. J. Deaf Studies. In: GERTZ, Genie; BOULDREAUT, Patrick. (Orgs.). *The SAGE Deaf Studies Encyclopedia*. 1. ed. Thousand Oaks, CA, v. 1. 2016. p. 272-276.
- BRASIL, **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luís Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.
- CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Revista Psicologia, Ciência e profissão**, Brasília, v. 24, n. 4, 2004. p. 68-77.
- DORZIAT, Ana. **O Outro da Educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 135-166.
- FAUSTINO, Graciele Oliveira. **Estudos surdos em diálogo com os estudos culturais: possibilidades para a pesquisa em educação. Ser/estar emergente e/na educação**. Ulbra, Canoas, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- LADD, Paddy. **Em Busca da Surdidade I. Colonização dos Surdos**. Trad. Mariani Martini. Lisboa: SurdUniverso, 2013.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). Sociologia e teoria do currículo: uma introdução. In:

- MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1995. p. 7-37.
- PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. Estudos culturais, diferença e surdez: uma leitura teórica. **Revista Periferia**: educação, cultura e comunicação. v. 9 n. 1 jan-jun, 2017. p. 130-153.
- RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Muller de. Diferenças e Linguagens: A visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. **Revista Teias** (UERJ. Online), v. 16, p. 72-88, 2015.
- SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: UFAM, 2002.
- SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SKLIAR, Carlos. Língua de sinais e língua majoritária como produto de trabalho discursivo. In: **Cadernos CEDES**. São Paulo, 46: 57-67, 1998.
- SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre, Mediação, v. 1, 1999. p.7-14.
- SKLIAR, Carlos; LUNARDI, Márcia Lise. Estudos Surdos e Estudos Culturais em Educação. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GOES, Maria Cecília Rafael de (orgs). **Surdez**: Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo/SP: Lovise, 2000. p.11-22.
- SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- STRÖBEL. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2006.
- THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Luciane Bresciani. Estudos Surdos em articulação com os Estudos Culturais e Estudos Foucaultianos. In: **7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e no 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação** (7º SBECE / 4º SIECE), 2017, Canoas. Anais do 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação / 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas: PPGEDU, 2017. p. 1-12.
- TURA, Maria de Lourdes Rangel. A propósito dos Estudos Culturais. In: MAFRA, Leila de Alvarenga; TURA, Maria de Lourdes Rangel. **Sociologia para Educadores 2**: o debate sociológico da educação no século XX e as perspectivas atuais. Rio de Janeiro: Quarter, 2005.
- VEIGA-NETO, A. (Org). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p 7-72.
- WORTMANN, M. L. C.; COSTA, M. V., SILVEIRA, R. M. H. **Sobre a emergência e a expansão dos estudos culturais em educação no Brasil**. Educação, v. 38, n. 1, p. 32-48, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/18441/12751/>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- WRIGLEY, Owen. **A Política da surdez**. Original: The politics of deafness. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 1996.